

VIRAMUNDO

Boletim informativo da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – Dapes/SAS/MS
Nº01 Ano 01 Julho/Agosto de 2012

VIRAMUNDO
Gilberto Gil e J. Capinam

*Sou viramundo virado
Nas rondas da maravilha
Cortando a faca e facão
Os desatinos da vida
Gritando para assustar
A coragem da inimiga
Pulando pra não ser preso
Pelas cadeias da intriga
Prefiro ter toda a vida
A vida como inimiga
A ter na morte da vida
Minha sorte decidida*

*Sou viramundo virado
Pelo mundo do sertão
Mas inda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo
E viramundo verão
O virador deste mundo
Astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo
Que virou com certidão
Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão.*

PARA COMEÇO DE CONVERSA...

“É com grande satisfação que o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - DAPES se dirige a usuários, famílias, profissionais, gestores, estudantes e militantes para apresentar: Viramundo. Trata-se de um periódico mensal que concentrará informações sobre questões e atividades principais desenvolvidas por toda a equipe da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde para ampliar o acesso e a qualidade da atenção às pessoas com problemas de saúde mental no âmbito do SUS. Esperamos, portanto, que o *Viramundo* se constitua um instrumento de difusão de esforços coletivos para a construção de um mundo mais acolhedor!”

ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE MENTAL,
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

Dario Frederico Pasche
Diretor do DAPES

Conteúdo Notícia

| | |
|---------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| QUALITYRIGHTS | 2 |
| Comitê de mobilização | 3 |
| GT Situação-Limite | 4 |
| Colegiados regionais | 5 |
| SM, CNJ e SDH | 6 |
| NBDHSM | 7 |
| Detenção de jovens | 8 |
| Autismo | 9 |
| MP e RAPS | 10 |
| RAPS e Paraná | 11 |
| Expansão da RAPS | 12 |
| Formulário de CAPS | 13 |
| APAC e RAAS | 14 |
| CAPS: atualização | 15 |
| RAPS no Facebook | 16 |
| Organização da SM | 17 |
| OPAS/OMS e Álcool | 18 |
| 9º Conferencia Criança e Adole. | 19 |
| Sorocaba | 20 |
| PNASH/Psiquiatria | 21 |
| Onde estivemos... | 22 |
| Tratamento do Crack | 23 |
| Crack e Curitiba | 24 |
| Congresso Maranhão | 25 |

A implantação do QualityRights no Brasil



Em todo o mundo, pessoas com transtornos mentais, relacionados ou não ao uso de drogas, vivenciam uma variedade de violação de direitos humanos, estigma e discriminação. A consequência é a violência, o abuso, anos de vida perdidos. Essas pessoas têm seus direitos mais básicos negados e sua efetiva participação social restrita. O preconceito prejudica sua participação nas tomadas de decisões referentes à sua própria vida assim como fragiliza os laços sociais e familiares. A invisibilidade desse cidadão na sua comunidade dificulta o acesso a serviços fundamentais como: saúde, oportunidade de emprego, moradia, transporte e educação.

O Ministério da Saúde tem como diretriz a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços da Rede SUS (Sistema Único de Saúde). Para a Rede de Atenção Psicossocial, a qualidade dos serviços está na dependência direta da garantia e promoção dos Direitos Humanos mediante a concretização dos direitos constitucionais.

O projeto QualityRights propõe ações locais, tais como:

1. Avaliação das condições de instalação dos serviços de saúde mental;
2. Formação de comissões de visita com diferentes atores: usuários, familiares, profissionais de saúde mental e direitos humanos, comunidade, vizinhança. O objetivo é responsabilizar todos pelo serviço;
3. Treinamento das comissões para avaliar a qualidade e condições das unidades de saúde mental, utilizando ferramentas propostas pela OMS;
4. Incentivar a atitude de colaboração entre usuários, familiares, e a equipe para preparar plano de melhoria das condições das instalações;
5. Apoio para a criação de grupos e associações de familiares e desenvolvimento de ações junto às comunidades;
6. Fortalecer ações e campanhas sobre a importância da participação e a influencia nas tomadas de decisões pelos usuários; e
7. Avaliação e monitoramento das ações em conjunto com a comunidade.

O QUALITYRIGHTS é um projeto da OMS que tem por objetivo melhorar as condições de qualidade nos serviços de saúde mental articulado ao movimento da sociedade civil na área.

O QUALITYRIGHTS busca:

- ✓ A introdução dos conceitos de Direitos Humanos como base para todas as ações desenvolvidas;
- ✓ Aumentar a qualidade dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial;
- ✓ Capacitar os usuários, familiares, e os profissionais da saúde para entender e promover os direitos humanos neste segmento;
- ✓ Desenvolver um movimento da sociedade civil e dos usuários para prestar apoio mútuo, realizar e influenciar as decisões políticas em sintonia com as diretrizes internacionais para o tema;
- ✓ Contribuir e difundir experiências de boas práticas e normas nacionais e internacionais de direitos humanos.

O trabalho é orientado sob a perspectiva dos Direitos Humanos que devem ser respeitados, incluídas as condições de vida, o tratamento aos cuidados de saúde física e mental, e como os usuários do serviço são tratados pelos profissionais.

Com a implantação do QualityRights no país, tanto a política, quanto a legislação brasileira de Saúde Mental serão beneficiadas, pois promoverão a proteção aos direitos humanos dos usuários dos serviços públicos de Saúde Mental, além de melhorar a qualidade destes.



Comitê de Mobilização para implantação RAPS

Por Roberto Tykanori Kinoshita*

A 1ª Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em Alma-Ata, no Cazaquistão-URSS, em 1978, concebeu a saúde como um direito humano fundamental sendo a consecução do mais alto nível possível de saúde a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação dos campos sociais e econômicos, além das ações no campo específico da saúde.

Promover a saúde, enquanto direito humano fundamental, supõe que é preciso assentar princípios e valores de justiça social, com vistas à igualdade, solidariedade nacional e internacional, responsabilidades individuais e coletivas, tanto por parte das instituições governamentais como das não-governamentais. A saúde, como um bem e um direito, é responsabilidade a ser compartilhada pela coletividade.

Nesse sentido, a presença de atores governamentais e não governamentais, que atuam na defesa dos Direitos Humanos, é uma decorrência natural e intrínseca às conversações entre todos para o aprimoramento das políticas públicas de saúde. Coloca-se, assim, o desafio de aprimorar e integrar os espaços de participação democrática existentes, bem como o de criar novos espaços e mecanismos institucionais para construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos, onde a temática da saúde mental, em sua especificidade de atenção, se insere em um contexto de discussão democrática.

As ações para plena efetivação da lei 10.216, de abril de 2001, que institui a Reforma Psiquiátrica no Brasil em profundo diálogo com as discussões contemporâneas para o cuidado em saúde mental, ressaltando a noção de “sujeito cidadão” em contraposição a de “doente mental”, passam pela atuação em várias frentes. E elas convergem para reafirmação dos direitos do cidadão.

A lei da reforma psiquiátrica é consonante com os artigos 6º e 7º da Constituição Federal, os quais ampliam a concepção dos direitos humanos para além dos direitos civis e políticos, e colocam como direitos sociais a Educação, a Saúde, o Trabalho, a Moradia, o Lazer, a Segurança, a Previdência-Social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Para garantir, defender e promover esses direitos amplos é fundamental o diálogo transversal entre as instâncias de governo e da sociedade civil de forma democrática. E a democracia é um sistema que preconiza a legitimidade do dissenso e das disputas entre segmentos, onde uma complementaridade dos papéis do Estado e da sociedade civil não pode implicar em acomodação dos movimentos sociais, renunciando ao seu papel histórico de pressionar, cobrar, propor, exigir e fiscalizar.

Fortalecer uma política específica em saúde mental impõe que se reafirme a transversalidade, a intersetorialidade, e a interdisciplinaridade como condição para a construção de práticas respeitadas aos Direitos Humanos e fortalecimento da cidadania, tanto sob o ponto de vista do usuário, bem como para a sociedade em geral. Essa se enriquece na convivência com a diversidade e o fortalecimento de uma cultura de respeito à diferença, sempre.

Com esse intuito, foi instituído pela Portaria Nº 1.306, de 27 de junho de 2012, o Comitê de Mobilização Social para a Rede de Atenção Psicossocial, agregando especialistas, representantes de organizações da sociedade civil, conselhos profissionais e instituições afins, com vistas a debater e favorecer a implantação da RAPS no país, instituída pela portaria 3.088/12 com o objetivo de formatar a rede de atenção psicossocial, numa perspectiva política e sanitária, contemplando uma diversificação de pontos de atenção. O Comitê se reunirá ordinariamente a cada seis meses, tomando o enfrentamento ao estigma como questão comum a todos os participantes.

*Coordenador Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

Grupo de Trabalho - GT “situações-limite” publicará manual para gestores e trabalhadores.

O grupo de trabalho sobre “Situações-Limite” no campo da Saúde Mental, criado em junho passado, realizou o seu segundo encontro no início de agosto. Os trabalhos foram realizados na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Brasília (DF).

Formado por especialistas, trabalhadores e gestores, o grupo tem integrantes de diversas regiões e experiências com o tema. A proposta é construir caminhos para a melhoria (qualificação) da atenção às situações-limite em Saúde Mental. As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são as bases para este trabalho.

O principal foco nessa etapa inicial dos trabalhos é produzir consensos sobre os conceitos de crise, urgência e emergência em Saúde Mental, bem como o estabelecimento de diretrizes que visam à superação de fragilidades à consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Para tanto, é importante discutir estratégias para fortalecer toda a RAPS, em especial e estrategicamente os CAPS, e a Rede de Urgência e Emergência.

O GT editará manual para instrumentalizar e subsidiar a qualificação dos trabalhadores e gestores, atendendo as mais diferentes estratégias neste campo para a transformação da lógica de cuidado.

Pernambuco recebe o primeiro “Colegiado Regional de Saúde Mental”

Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco será, entre os dias 3 e 4 de setembro, a “Capital Nordeste”, na série de encontros “Colegiados Regionais de Saúde Mental”.

O objetivo é discutir as diferentes realidades regionais, a partir de aspectos técnicos e políticos do processo de criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Consulta agenda abaixo

Serão desenvolvidas atividades para a construção de estratégias de alinhamento e organização dos coletivos regionais para incentivar espaços de discussão e de fortalecimento do avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil. A jornada é organizada pelo Ministério da Saúde em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde.

O encontro terá a participação de representantes dos gestores federais, estaduais e municipais, da Saúde Mental, dentro das transversalidades e levando em consideração coberturas regionais dentro de cada estado.

O evento terá a participação de representantes dos conselhos de secretários de saúde, representantes intersetoriais, trabalhadores de saúde mental, movimentos e controle social.

A realização dos Colegiados Regionais é uma decisão tomada na no 14º Encontro Nacional de Coordenadores de Saúde Mental, em março deste ano.

De olho na Agenda:

Nordeste

Data: 3 e 4 de setembro de 2012

Local: Cabo de Santo Agostinho (PE)

Sul

Data: 12 a 14 de setembro de 2012

Local: Florianópolis (SC)

Norte

Data: 17, 18 e 19 de setembro de 2012

Local: Rio Branco (AC)

Centro-Oeste

Data: 24 e 25 de setembro de 2012

Local: Goiânia (GO)

Sudeste

Data: novembro

Local: a confirmar

Plano Crack, é possível vencer: prevenção, cuidado e autoridade.

O Ministério da Saúde compõe junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o eixo cuidado, no qual são previstas expansão e qualificação das ofertas de atenção à saúde das pessoas que tem problemas com drogas e suas famílias. Iniciado a partir das principais capitais do país, o Plano tem a adesão hoje de 15 estados do país, a partir de pactuações tripartite, mobilizando esforços para responder de forma efetiva e respeitosa às necessidades de saúde da população em questão.

Saúde Mental, CNJ e SDH fecham parceria para “mutirões da cidadania”

A área de Saúde Mental fechou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) para realização de “mutirões da cidadania” para pessoas com problemas de saúde mental em todo o país. Previstas para outubro, as ações têm o objetivo de promover a obtenção da documentação civil para os usuários.

O documento é fundamental para o pleno exercício da cidadania, gozo dos direitos civis, políticos e econômicos. O primeiro público a ser contemplado com as ações será o de moradores e pacientes de hospitais psiquiátricos, possibilitando o aprofundamento dos processos de desinstitucionalização. Em paralelo, será estabelecido um fluxo junto à Rede de Atenção Psicossocial do SUS e os Comitês para Promoção da Documentação Civil nos estados para contínua vigilância para garantir ao usuário a posse do conjunto de seus documentos civis. As regiões que concentram maior número de leitos de Hospitais Psiquiátricos serão priorizadas.

Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental - NBDHSM retoma suas atividades

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e a Coordenação Nacional de Saúde Mental, álcool e outras drogas formaram um Grupo de Trabalho (GT) para retomada de atividades do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, criado no final de 2006, por portaria interministerial.

O núcleo une as duas instâncias governamentais para atender denúncias de violações de direitos. A produção de conhecimento relacionado às duas áreas passará a ser catalogada. Entre as suas missões, o núcleo desenvolve parcerias com universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e órgãos de classe. O GT deverá apresentar plano de trabalho em setembro, quando acontece reunião do Comitê Gestor.

Áreas técnicas apuram detenção de jovens ilegalmente

As áreas técnicas de Saúde Mental e Saúde do Adolescente e do Jovem, do Ministério da Saúde e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) reuniram-se com integrantes da sociedade civil e do governo do Estado de São Paulo para visitar uma unidade que abriga, em regime de reclusão, seis jovens, internados por força de medida judicial. A situação dos jovens vem sendo questionada por entidades de defesa dos Direitos Humanos que apontam a ilegalidade das detenções.

Os jovens, provenientes do sistema socioeducativo, já teriam cumprido as medidas relativas às infrações de que são acusados.

Em maio, o governo federal divulgou relatório do subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU, que recomenda o fechamento da unidade. O Governo Federal aprofundará agenda junto ao estado de São Paulo, judiciário local e nacional e Ministérios Públicos para discussão do caso.

ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE MENTAL,
ALCOOL E OUTRAS DROGAS.

AUTISMO: GT prepara orientação para gestores e profissionais de Saúde

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sediou no final de julho a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho para elaboração de documento com a Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Autismo e sua Família no SUS – Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde.

O GT é formado por especialistas, gestores e representantes da sociedade civil, coordenado pela área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas / Dapes / SAS/ MS. A previsão é que sejam realizados mais três encontros e que em outubro próximo material seja disponibilizado para consulta pública.

MP e RAPS para crianças e adolescentes: o diálogo necessário

O núcleo de Infância e Adolescência participa desde maio de agendas junto ao Ministério Público Federal. O objetivo é desenvolver parceria para a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com foco na atenção às crianças e adolescentes.

No dia 24 de maio, foi realizada reunião entre representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, assessores das áreas técnicas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, Saúde da Criança e Saúde do Adolescente e do Jovem para apresentação e discussão da RAPS.

Os promotores e profissionais da Saúde expressaram interesse em prosseguir com esses encontros para estabelecer uma efetiva parceria.

No final de junho, teve início a construção de documento conjunto, buscando obter alinhamento conceitual para a efetivação de ações que resultem no cuidado e garantia de direitos de crianças e adolescentes. A previsão da divulgação é para dezembro.

Os encontros têm dado resultado positivo, como por exemplo: o convite para os técnicos da Saúde Mental participarem da reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, realizada em Salvador (BA).

A área técnica de Saúde Mental foi apresentada à Comissão Permanente para a Infância e Juventude (Copeij), formada por dirigentes/coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude do Brasil. Nessa reunião, foi firmado compromisso de maior aproximação a partir de agenda de agosto. O objetivo é elaborar proposta de trabalho em conjunto.

Encontro debate Rede de Saúde Mental do Paraná

O coordenador-adjunto da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, Leon Garcia, e a assessora Luciana Surjus participaram nos dias 10 e 11 de julho do 1º Encontro Estadual de Saúde Mental do Paraná, em Curitiba. Cerca de 500 profissionais das áreas da saúde, educação, assistência social e justiça debateram a implantação da Rede de Saúde Mental do Estado. Leon falou sobre Saúde Mental na Atenção Básica. Já Luciana discorreu sobre “Cuidado integral em Saúde Mental”.

O encontro precede o Encontro de Saúde Mental da Região Sul do Brasil que será promovido pelo Ministério da Saúde, em setembro.

RAPS vai crescer 20% no Brasil em 2012, segundo estimativa.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem crescimento estimado de 20,2% em 2012, comparada com 2011. A estimativa foi apresentada pelo coordenador-adjunto, Leon Garcia, da área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, em reunião ordinária do colegiado da Secretária de Atenção à Saúde (SAS). Segundo ele, os dados refletem a expansão da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial prevista para 2012.

No primeiro semestre deste ano, foram habilitados 116 novos CAPS, em 24 Estados. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Neste mesmo período, também foram incentivados 236 novos CAPS no país, distribuídos entre os Estados Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, nas seguintes modalidades:

| Número de CAPS Incentivados | Modalidade |
|-----------------------------|-------------|
| 101 | CAPS I |
| 30 | CAPS II |
| 11 | CAPS III |
| 22 | CAPSi |
| 32 | CAPS AD |
| 40 | CAPS AD III |

Considerando a rede existente de CAPS em 2011, os CAPS habilitados em 2012, e os CAPS incentivados no mesmo período, o cenário potencial da rede de CAPS para 2012 pode ser demonstrado a partir da seguinte tabela:

| Pontos de Atenção | Rede Existente/2011 | Habilitados/2012 | Incentivados/2012 | POTENCIAL DA REDE/2012 | Percentual de Expansão |
|-------------------|---------------------|------------------|-------------------|------------------------|------------------------|
| CAPS I | 822 | 46 | 101 | 969 | 17,8% |
| CAPS II | 430 | 22 | 30 | 482 | 12% |
| CAPS III | 63 | 6 | 11 | 80 | 26,9% |
| CAPS AD | 271 | 18 | 32 | 321 | 18,5% |
| CAPSi | 148 | 14 | 22 | 184 | 24,3% |
| CAPS AD III | 5 | 10 | 40 | 55 | 1100% |
| TOTAL CAPS | 1739 | 116 | 236 | 2091 | 20,2% |

Dentre as modalidades de CAPS, nota-se um considerável aumento de CAPS AD III em relação aos anos anteriores, entre novos como qualificados, decorrentes do “Plano Crack, é possível vencer”.

Além dos CAPS, 40 novos Serviços de Residenciais Terapêuticas e 48 Unidades de Acolhimento entre infanto-juvenil e adulto, também receberam incentivos para sua implantação.

Vale ressaltar que a partir da Portaria 3090 de 23 de dezembro de 2011, os Serviços Residenciais Terapêuticos passam a contar não somente com incentivo para implantação, como também com custeio mensal, definido a partir de duas modalidades.

Importa também reafirmar que o custeio mensal dos CAPS foi fixado por tipo de serviço (Portaria 3089, de 23 de dezembro de 2011), não mais por faturamento, recebendo incremento significativo nos valores repassados até então.

Desde janeiro, o Ministério da Saúde vem repassando o valor previsto integralmente, mediante incorporação do teto MAC de Estados e Municípios de valores complementares, previstos pela Portaria 3099, de 23 de dezembro de 2011.

Lançado formulário eletrônico para agilizar cadastramento no CAPS

A área técnica de Saúde Mental lança o formulário eletrônico para inserção das propostas de solicitação de incentivo inicial para CAPS e cadastramento/habilitação desses serviços.

O formulário eletrônico tem o objetivo de qualificar os processos de encaminhamento de projetos de implantação, cadastramento e/ou mudança de tipologia dos CAPS, garantindo a celeridade necessária à expansão da Rede.

A partir dessa nova ferramenta, deixa de ser necessário o encaminhamento pelo correio da documentação exigida para o cadastramento.

Ao clicar no botão "enviar" do formulário, o responsável pelo preenchimento declara serem verdadeiras todas as informações ali inseridas.

Incentivo:

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=8304

Cadastramento:

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=8322

CAPS: mudanças nos procedimentos dos serviços, sai a APAC e entra a RAAS

Foram publicadas na última sexta-feira as portarias N° 854, de 22 de agosto de 2012, que altera e cria novos procedimentos de CAPS, N° 855, de 22 de agosto de 2012 que cria procedimentos para as UA, N° 856, de 22 de agosto de 2012 que cria procedimentos para os serviços residenciais de caráter transitório e a portaria N° 857, de 22 de agosto de 2012, que altera os procedimentos de SRT. É importante destacar que os novos procedimentos a serem informados através de RAAS e BPA, fornecerão informações qualificadas sobre as atividades mínimas realizadas pelos serviços. As mudanças fazem parte do processo de financiamento variável desses serviços e são resultado das ações preconizadas para a implantação do Programa QualityRights na Rede de Atenção Psicossocial. A expectativa é que com esses novos dispositivos possamos qualificar as informações das ações desenvolvidas nos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial e anunciar as propostas de ampliação qualificada de acesso para toda a Rede.

CAPS: atualize o endereço

Com o objetivo de facilitar o acesso da população aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), solicitamos a colaboração de todos os gestores e gestoras para a atualização de endereço e telefones dos CAPS. Os novos dados serão publicados nos diversos meios de comunicação.

Abaixo segue o link

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=8948

Contamos com a ajuda de todos!

Acompanhe as principais notícias da RAPS no Facebook

Agora as informações sobre as atividades da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/Dapes/SAS/MS podem ser acessadas também pelo Facebook.

Clique [aqui](#)

Fique sabendo: A Coordenação Nacional de Saúde Mental do MS está organizada a partir de Núcleos Temáticos, seguindo a seguinte configuração:

| | | | | | |
|----------------|---------------------------|--|---|----------------------------------|------------------------|
| Atenção Básica | Formação/Educação | Produção da informação | Parcerias Internacionais | Atenção Psicossocial Estratégica | Atenção Hospitalar/RUE |
| Núcleo AD | Reabilitação Psicossocial | Monitoramento e Avaliação/Planejamento e Orçamento | Desinstitucionalização e Direitos Humanos | Populações Tradicionais | Infância e Juventude |

Além disso, compondo a estratégia de Apoio Integrado do MS, proposta como um dos dispositivos para implantação das Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, há também disponibilização de apoiadores da RAPS por estados, favorecendo aporte técnico para expansão e qualificação da mesma, facilitando a interlocução entre as três esferas de gestão, garantindo maior celeridade aos processos em análise.

Reunião da OPAS/OMS para discutir o consumo de álcool no mundo

O abuso no consumo de álcool foi tema da primeira reunião da Rede Pan-americana sobre Álcool e Saúde Pública, realizada na Cidade do México, entre os dias 21 e 23 de agosto passado. O coordenador da área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, ATSM/Dapes/SAS/MS, Roberto Tykanori, participou das atividades. Ele esteve acompanhado da assessora técnica Andrea Donatti Gallassi.

O encontro, organizado pela Organização Pan-Americana de Saúde de Washington (EUA), teve como objetivos discutir a implementação da Estratégia Mundial de Redução do Consumo Nocivo de Álcool – aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde em 2010, compartilhar informações sobre as atividades em desenvolvimento no âmbito nacional e identificar as prioridades para o estabelecimento de cooperação técnica nacional e regional.

O Brasil foi convidado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para presidir o grupo pelos próximos 12 meses. O destaque dos encaminhamentos de políticas públicas na área de Saúde Mental, Álcool e outras drogas foi o principal fator para a efetivação do convite. Outro fator foi a liderança do Brasil entre os países da América Latina e Caribe.

A próxima reunião do grupo está marcada para o primeiro semestre de 2013. O Brasil deverá sediar os trabalhos. Pelo menos 2,5 milhões de pessoas morrem por ano, em todo o mundo, por causa do consumo inadequado de álcool, segundo o estudo da OMS, que avaliou a ingestão de álcool em 100 países.

No ano passado, uma pesquisa do Ministério da Saúde revelou que aumentou de 16,2% para 18,9% o percentual de brasileiros que declararam ter abusado do álcool, entre 2006 e 2009.

Saúde Mental na 9ª conferência de crianças e adolescentes

A Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas participou da 9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, realizada julho, em Brasília (DF). A assessora Cristina Hoffmann participou como delegada nacional. Entre os temas, destacamos a discussão das ações que integram o Plano Decenal de DH de Crianças e Adolescentes.

Vigilância sanitária decreta interdição cautelar de hospital psiquiátrico de Sorocaba (SP)

O Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, um dos maiores hospitais psiquiátricos do País em número de leitos, sofreu, na data de 23 de agosto, interdição cautelar determinada pela Vigilância Sanitária após inspeção às suas instalações por representantes dos três níveis dessa instituição (municipal, estadual e nacional), que realizaram inspeção junto com representantes da área de saúde mental do Ministério da Saúde, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), da Advocacia Geral da União, e das secretarias municipal e estadual de saúde. Com a interdição, o hospital fica proibido de admitir novos pacientes por 90 dias, prazo no qual se espera que sejam feitas adequações em relação às diversas irregularidades constatadas.

Após a interdição, o Ministério Público Estadual estuda aplicar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a secretarias municipais de saúde de Sorocaba e entorno. O objetivo do TAC é traçar e implementar um plano para a implantação/reestruturação de redes de atenção psicossocial na região, criando equipamentos e equipes para atender os usuários e familiares. Atualmente, a região de Sorocaba é o maior pólo manicomial do País: mantém sete hospitais psiquiátricos (quatro deles só no município de Sorocaba) que concentram 9% do total de leitos dos hospitais psiquiátricos no País.

“Nesta perspectiva, o objetivo é apoiar a implantação de uma rede de atenção psicossocial na região em consonância com a política nacional que o Brasil adota para a área, baseada na atenção comunitária e territorial”, destacou Fernanda Nicacio, coordenadora adjunta da área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde, lembrando que as diretrizes nacionais estão de acordo também com o preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo ela, as experiências no Brasil demonstram que essa é a forma mais eficaz e humana de cuidar das pessoas com transtornos mentais e de garantir seus direitos. “É importante enfatizar que, em experiências anteriores de desinstitucionalização, pessoas que levavam décadas internadas apresentaram uma significativa mudança quando passaram a viver em residências terapêuticas inseridas na comunidade, onde moram de oito a dez pessoas com atenção 24 horas de profissionais qualificados quando necessário”.

A rede de atenção psicossocial substitutiva aos hospitais psiquiátricos prevê, além das residências terapêuticas para os usuários que não dispõem de laços familiares, seu acompanhamento pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que prestam atenção de acordo com as necessidades dos usuários e de seus familiares, incluindo atendimento clínico, atenção domiciliar e familiar e ações de reabilitação psicossocial. Em caso de necessidade, os usuários podem ser encaminhados para internações breves em hospitais gerais.

As denúncias de violações de direitos humanos nos sete hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba têm um longo histórico. Em abril de 2011, o Ministério da Saúde e a SDH receberam em audiência em Brasília representantes do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos conselhos federais de Psicologia e de Enfermagem. As entidades denunciaram que o percentual de óbitos nas instituições da região era 118% maior que nos outros manicômios do Estado com mais de 200 leitos e que se concentravam no inverno. Também denunciaram o elevado número de pacientes interditados civilmente, cujos benefícios previdenciários eram recebidos pelos administradores dos hospitais ou pessoas a eles ligadas.

Diante disso, o Ministério da Saúde e a SDH realizaram visitas técnicas, inspeções e auditorias aos hospitais Vera Cruz e Hospital Mental, constatando diversas irregularidades que foram comunicadas ao Ministério Público e ao Conselho Federal de Medicina. A Defensoria Pública do Estado apresentou representação junto ao Ministério Público Estadual para que fosse feita a investigação das mortes. Paralelamente, após gestão do governo federal junto à prefeitura e ao Estado foi montada uma comissão tripartite para propor uma mudança no modelo de atenção à saúde mental em Sorocaba.

No último dia 21, o Ministério Público Estadual, em operação conjunta com a Polícia Militar, cumpriu mandato cautelar de constatação, busca e apreensão de documentos no Hospital Vera Cruz, após receber imagens internas da instituição gravadas clandestinamente por um repórter. Pacientes nus, comendo insetos e dormindo no chão entre fezes e urina estavam entre as imagens documentadas e testemunhadas depois pelo MP.

Lançado o PNASH/PSIQUIATRIA 2012/2013. Fiquem atentos...

A partir da segunda quinzena de setembro, será iniciado o Programa de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/Psiquiatria, com cronogramas diferenciados de acordo com a concentração de leitos e de hospitais por estado. O processo de avaliação dos hospitais psiquiátricos é fundamental para as Estratégias de Desinstitucionalização previstas na Rede de Atenção Psicossocial e para minimizar as violações de Direitos Humanos que historicamente ocorrem dentro de alguns hospitais psiquiátricos.

Onde estivemos...**JULHO/2012**

- 02/07** - Assinatura do Termo de Adesão do Programa Crack, é possível vencer do Estado do Acre;
- 05/07** - Assinatura do Termo de Adesão ao programa Crack, É Possível Vencer – Florianópolis (SC);
- 05/07** – Reunião do Grupo de Trabalho, constituído na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, Brasília (DF);
- 10 e 11/07** – Reunião Técnica do Plano “Crack, é possível vencer”. Participantes: governo Federal, do Estado do Espírito Santo (ES);
- 11 a 14/07** - 9ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Brasília (DF);
- 11 a 13/07** - Oficina Nacional do Apoio Integrado, Brasília (DF);
- 19/07** – 1ª Reunião do Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial, Brasília (DF);
- 30/07** – Grupo de Trabalho sobre Autismo no Sistema Único de Saúde, Brasília (DF);
- 29/07 a 01/08** - 6º Seminário Internacional de Atenção Básica, Rio de Janeiro (RJ)

INICIO DE AGOSTO/2012

- 31/07 a 01/08** - 6º Seminário Internacional de Atenção Básica: mesa Práticas de Saúde Mental na Atenção Básica/Rio de Janeiro/RJ.
- 02/08** - 2ª Oficina para discussão da Atenção às Urgências em Saúde Mental no âmbito da implantação das Redes de Atenção à Saúde; Brasília/DF
- 7 a 08/12** - Participação na reunião com o Apoio Integrado e com Grupo Condutor da RAPS de Santa Catarina; Florianópolis/SC
- 7 a 08/12** - Encontro Nacional de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - 2012 com o tema: tema Mulheres, o uso de álcool e outras drogas e a violência doméstica, Brasília/DF
- 07 a 9/08** - Reunião Técnica - Integrar-se ao grupo que fará diligência aos hospitais “Casa de Saúde Santa Isabel”, “Centro Hospitalar Psiquiátrico da FHEMIG” e na “Clinica Mantiqueira”, Barbacena/MG
- 08 a 09/08** - Participar da Reunião de discussão sobre Rede de Atenção Psicossocial com os Coordenadores de Saúde Mental do Estado do Espírito Santo e Reunião do Plano Crack; Espírito Santo/ES
- 7 a 10/08** - II Seminário Estadual Sempre Loucos Pela Vida: 20 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no RS – SUS: Pelo Cuidado em Liberdade, Porto Alegre/RS.
- 10/08** - Missão da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) em São Bernardo do Campo/SP
- 10/08** - 3ª Reunião da Comissão Intersetorial de atenção Integral a Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem - CIASAJ - mesa: Medidas de Prevenção e de Tratamento para Dependentes de Crack - Brasília/DF.

Prevenção e tratamento para usuários de Crack são tema de debate

A assessora Cristina Hoffmann, da área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, participou da 3ª Reunião da Comissão Intersetorial de Atenção Integral à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem (Ciasaj), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS). Um dos temas debatidos na reunião, realizada em Brasília (DF), foi “Medidas de Prevenção e de Tratamento para Dependentes de Crack”. Cristina Hoffmann apresentou os princípios e diretrizes da Política de Saúde Mental, focando nas ações dirigidas à população infanto-juvenil.

A comissão é composta, entre outros, por conselheiros do CNS, como o representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Lançado Plano de Enfrentamento das Drogas da cidade de Curitiba

A assessora técnica Luciana Surjus, da área técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (Dapes), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), participou do lançamento do Plano de Enfrentamento das Drogas em Curitiba (PR). A cerimônia teve a participação de 600 participantes das áreas da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Segurança, Esportes entre outras.

Luciana falou na mesa de abertura sobre “Acolhimento das pessoas que usam drogas na diversidade das Redes de Atenção”.

Saúde Mental movimenta 1º Congresso Maranhense de Medicina

O Ministério da Saúde participou do 1º Congresso Maranhense de Medicina, realizado no início de julho, em São Luis. A Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas participou das atividades. O assessor Cristoph Surjus falou sobre Urgências e Emergências Psiquiátricas. Ele dividiu a mesa com a assessora do Departamento de Atenção à Saúde (DAB) Rosana Rodrigues.

O interesse despertado pelo tema superou todas as expectativas. Em meio à busca por salas maiores, os organizadores decidiram realizar a mesa no hall do centro de convenções. Isso porque não havia salas no local que comportassem todas as pessoas interessadas pelo assunto.

Equipe: Ana Carolina Conceição, Aldo Zaiden, Andrea Gallassi,

Aretuza Oliveira, Barbara Vaz, Cristoph Surjus, Claudio Barreiros, Cristina Hoffmann, Cleide Souza, Fernanda Nicácio, Giselle Sodré, Graziela Barreiros, Gabriela Hayashida, Jaqueline Assis, June Scafuto, Karine Dutra, Luciana Togni Surjus, Leisenir de Oliveira, Leon Garcia, Milena Pacheco, Mariana Schorn, Marcela Lucena, Marcus Vinício, Raquel Alves., Rubia Persequini, Taciane Monteiro e Roberto Tikanori.

Expediente:

Pauta: Cristoph Botteri Surjus

Arte/Diagramação: Barbara Coelho Vaz

Jornalista responsável: Cláudio Eugênio - Mtb22402/SP

Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

SAF-Sul Trecho 2 Lotes 05/06 Torre II

Ed. Premium Térreo Sala 13

(61)3315-9144